

Demonstrações Financeiras

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
7º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos



planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 292.548 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) leitura dos contratos de



concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 9, 18 e 19, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes em decorrência dos efeitos da correção de erros identificados no cálculo e registro do PIS e da Cofins diferidos sobre o ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social, conforme descrito na nota explicativa 3.14, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 09 de junho de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.14 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,



concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020 e 01 de janeiro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.132	12.654	5.237
Concessionárias e permissionárias	7	2.531	2.357	2.570
Tributos e contribuições a compensar	8	1.131	921	2.168
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	30.277	31.240	27.768
Despesas pagas antecipadamente		107	-	191
Adiantamentos diversos		11	-	69
Total do ativo circulante		39.189	47.172	38.003
Não circulante				
Depósitos judiciais		111	82	-
Tributos compensáveis	8	1.745	1.745	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	137
Títulos e valores mobiliários	6	5.535	3.133	2.909
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	262.271	252.762	234.917
Imobilizado		26	-	-
Total do ativo não-circulante		269.688	257.722	237.963
Total do ativo		308.877	304.894	275.966
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	10	399	554	265
Empréstimos e debêntures	11	11.985	12.589	3.777
Tributos e encargos sociais a recolher	12	460	910	76
Dividendos propostos	13	1.439	1.285	3.381
Encargos Setoriais		104	155	187
Outros passivos circulantes		5	5	5
Total do passivo circulante		14.392	15.498	7.691
Não circulante				
Empréstimos e debêntures	11	165.599	162.446	156.890
Imposto renda e contribuição social diferidos	14	23.605	23.277	12.438
Provisão contingente cíveis	15	335	-	-
Total do passivo não circulante		189.539	185.723	169.328
Patrimônio líquido				
Capital social	16	65.070	65.070	65.070
Reserva legal	16	3.227	3.107	2.462
Reserva de retenção de lucros	16	36.649	35.497	31.415
Total do patrimônio líquido		104.946	103.674	98.947
Total do passivo e patrimônio líquido		308.877	304.894	275.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	34.228	46.613
Custo de Construção	19	-	(537)
Custo de operação e manutenção	19	(3.499)	(3.693)
Lucro Bruto		30.729	42.383
Despesas operacionais e administrativas	19	(1.814)	(2.432)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		28.915	39.951
Receitas financeiras		370	426
Despesa financeira		(25.535)	(14.622)
Resultado financeiro	20	(25.165)	(14.196)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.750	25.755
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(996)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(328)	(10.839)
Lucro do exercício		2.426	14.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	2.426	14.916
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>2.426</u>	<u>14.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	Total
Em 01 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	65.070	2.462	31.416	-	98.948
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.916	14.916
Constituição de reserva de lucros	-	-	8.157	(8.157)	-
Constituição de reserva de legal	-	645	-	(645)	-
Dividendos	-	-	(4.077)	(6.114)	(10.191)
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	65.070	3.107	35.496	-	103.673
Lucro do exercício	-	-	-	2.426	2.426
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.153	(1.153)	-
Constituição de reserva de legal	-	120	-	(120)	-
Dividendos	-	-	-	(1.153)	(1.153)
Em 31 de dezembro de 2021	65.070	3.227	36.649	-	104.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		Reapresentado
Lucro Líquido	2.426	14.916
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Despesas com juros	22.276	4.700
Impostos correntes e diferidos	1.324	10.839
Remuneração do ativo de contrato	(33.486)	(34.741)
Margem de construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(4.152)	(3.976)
Provisão para contingência	335	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores e concessionárias	28.918	28.402
Tributos a recuperar	(210)	(498)
Outros ativos circulantes	(118)	397
Depósitos judiciais	(29)	(82)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(155)	289
Tributos e contribuições sociais corrente e diferido	(1.446)	834
Outras obrigações	(51)	(32)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	15.632	21.048
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(2.032)	(528)
imobilizado	(26)	-
Aplicação em Linhas de Transmissão	-	(10.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.058)	(11.317)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	-	9.973
Amortização de principal empréstimos e financiamentos	(5.207)	-
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	(14.890)	-
Dividendos pagos	(999)	(12.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(21.096)	(2.314)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.522)	7.417
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.654	5.237
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.132	12.654
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.522)	7.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Até 13 de março de 2020 a Companhia foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Companhia alterou sua sede da Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para a Rua Avenida Pasteur, 110 - 9º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2020.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (I) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (II) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (III) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (IV) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (V) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (VI) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (VII) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.4. Impactos da COVID 19 nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Impactos da COVID 19 nos negócios da Companhia—Continuação

declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo.

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020 e 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Nota explicativa 9 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão; e
Nota explicativa 14 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal.

2.3.1. Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes--Continuação

econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. "Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual"

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.14. Reapresentação das informações financeiras

Os valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função da identificação de erro no cálculo e registro dos PIS e da Cofins diferidos sobre o cálculo do ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

a) Balanço patrimonial

	Divulgado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	265	-	265
Empréstimos e debêntures	3.777	-	3.777
Tributos e encargos sociais a recolher	76	-	76
PIS e COFINS diferidos	2.569	(2.569)	-
Dividendos propostos	3.381	-	3.381
Encargos setoriais	187	-	187
Outros passivos circulantes	5	-	5
Total do passivo circulante	<u>10.260</u>	<u>(2.569)</u>	<u>7.691</u>
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	156.890	-	156.890
Imposto renda e contribuição social diferidos	12.438	-	12.438
PIS e COFINS diferidos	24.770	(24.770)	-
Total do passivo não circulante	<u>194.098</u>	<u>(24.770)</u>	<u>169.328</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	65.070	-	65.070
Reserva legal	2.466	-	2.466
Reserva de retenção de lucro	4.073	27.339	31.412
Total do patrimônio líquido	<u>71.609</u>	<u>27.339</u>	<u>98.948</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>275.967</u>	-	<u>275.967</u>

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

a) Balanco patrimonial--Continuação

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	554	-	554
Empréstimos e debêntures	12.589	-	12.589
Tributos e encargos sociais a recolher	910	-	910
Dividendos propostos	1.285	-	1.285
Encargos setoriais	155	-	155
Outros passivos circulantes	5	-	5
Total do passivo circulante	<u>15.498</u>	<u>-</u>	<u>15.498</u>
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	162.446	-	162.446
Imposto renda e contribuição social diferidos	23.277	-	23.277
PIS e COFINS diferidos	29.383	(29.383)	-
Total do passivo não circulante	<u>215.106</u>	<u>(29.383)</u>	<u>185.723</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	65.070	-	65.070
Reserva legal	3.107	-	3.107
Reserva de retenção de lucros	6.113	29.383	35.496
Total do patrimônio líquido	<u>74.290</u>	<u>29.383</u>	<u>103.673</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>304.894</u>	<u>-</u>	<u>304.894</u>

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Reapresentação das informações contábeis--Continuação

b) Demonstração do resultado do exercício

	Divulgado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Receita operacional líquida	90.541	10.869	101.410
Custo de construção	(52.236)	-	(52.236)
Custo de operação e manutenção	(1.551)	-	(1.551)
Resultado operacional bruto	36.754	10.869	47.623
Despesas gerais e administrativas	(4.701)	-	(4.701)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	32.053	10.869	42.922
Receitas financeiras	986	-	986
Despesa financeira	(13.746)	-	(13.746)
Resultado financeiro	(12.760)	-	(12.760)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.293	10.869	30.162
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.478)	-	(5.478)
Lucro do exercício	13.815	10.869	24.684

	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Receita operacional líquida	44.569	2.044	46.613
Custo de Construção	(537)	-	(537)
Custo de operação e manutenção	(3.693)	-	(3.693)
Resultado operacional bruto	40.339	2.044	42.383
Despesas gerais e administrativas	(2.432)	-	(2.432)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	37.907	2.044	39.951
Receitas financeiras	426	-	426
Despesa financeira	(14.622)	-	(14.622)
Resultado financeiro	(14.196)	-	(14.196)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.711	2.044	25.755
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(10.839)	-	(10.839)
Lucro líquido do exercício	12.872	2.044	14.916

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Reapresentação das informações contábeis--Continuação

c) Demonstração da mutação do patrimônio

	Divulgado				
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro acumulados	Total
Em 01 de dezembro de 2020	65.070	2.462	4.077	-	71.609
Lucro do exercício	-	-	-	12.872	12.872
Constituição de reserva de lucro	-	-	6.113	(6.113)	-
Constituição de reserva de legal	-	645	-	(645)	-
Dividendos	-	-	(4.077)	(6.114)	(10.191)
Em 31 de dezembro de 2020	65.070	3.107	6.113	-	74.290
Reapresentado					
Em 01 de dezembro de 2020	65.070	2.462	31.416	-	98.948
Lucro do exercício	-	-	-	14.916	14.916
Constituição de reserva de lucro	-	-	8.157	(8.157)	-
Constituição de reserva de legal	-	645	-	(645)	-
Dividendos	-	-	(4.077)	(6.114)	(10.191)
Em 31 de dezembro de 2020	65.070	3.107	35.496	-	103.673

d) Demonstração do resultado abrangente

	Divulgado		Reapresentado
	01/01/2020	Ajustes	01/01/2020
Lucro líquido do exercício	13.815	10.869	24.684
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	13.815	10.869	24.684

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

e) Demonstração do fluxo de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020
Lucro Líquido do exercício	12.872	2.044	14.916
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			-
Despesas com Juros	4.700	-	4.700
Impostos Correntes e Diferidos	12.883	(2.044)	10.839
Remuneração do ativo de contrato	(34.741)	-	(34.741)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(3.976)	-	(3.976)
			-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			-
Consumidores e Concessionárias	28.402	-	28.402
Impostos a recuperar	(498)	-	(498)
Outros ativos circulantes	397	-	397
Depósitos judiciais	(82)	-	(82)
			-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			-
Fornecedores	289	-	289
Tributos e contribuições sociais Corrente e Diferido	834	-	834
Outras obrigações	(32)	-	(32)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	21.048	-	21.048
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(528)	-	(528)
Aplicação em Linhas de Transmissão	(10.789)	-	(10.789)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.317)	-	(11.317)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos e debentures	9.973	-	9.973
Dividendos Pagos	(12.287)	-	(12.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(2.314)	-	(2.314)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	7.417	-	7.417
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.237	-	5.237
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.654	-	12.654
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	7.417	-	7.417

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos Pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

- i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

- ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.470	932
Aplicações financeiras (i)	952	9.857
Escrow Santander (ii)	2.710	1.865
	<u>5.132</u>	<u>12.654</u>

(i) Aplicações financeiras estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, estão remuneradas pela taxa de 90% do CDI (96% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O saldo dessa conta é destinado ao pagamento de juros e principal das debêntures, que ocorrerá em janeiro de 2022.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras - conta BNB reserva (i)	3.228	3.133
Aplicações financeiras - conta Santander	2.307	-
Total – não circulante	<u>5.535</u>	<u>3.133</u>

(i) As aplicações em conta reservam referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411.

O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 2,59% do valor efetivamente desembolsado. Até 31 de dezembro de 2021 o montante desembolsado foi de R\$110.891.275.

(ii) Saldo a ser mantido na conta reserva das debêntures

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessionária e permissionária (a)	2.531	2.357
Total - circulante	<u>2.531</u>	<u>2.357</u>

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$159mil em 05/01/2022, R\$329mil em 15/01/2021, R\$1.714mil em 25/01/2022 e R\$329mil em 05/02/2022.

A Administração acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições a compensar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda	367	272
Contribuição social	202	186
Imposto de renda retido na fonte	345	339
PIS retido na fonte	38	22
COFINS retido na fonte	156	102
INSS	23	-
Circulante	<u>1.131</u>	<u>921</u>
ICMS a recuperar (a)	<u>1.745</u>	<u>1.745</u>
Não circulante	<u>1.745</u>	<u>1.745</u>

(a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal.

9. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	
Linhas de Transmissão	Arcoverde
Margem de construção	32,52%
Margem de operação e manutenção	13,12%
Taxa de remuneração	5,06%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	18.489
Ativo de contrato 31/12/2020	284.002
Receita de remuneração do ativo de contrato	32.452
Receita das margens da obrigação de performance de construção	3.819
Recebimento RAP	(27.725)
Ativo de contrato 31/12/2021	292.548
Circulante	30.277
Não circulante	262.271

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	399	554
	399	554

O montante de R\$399 corresponde a serviços prestados de engenharia, referentes à operação e manutenção da rede, quitados durante o mês de janeiro e fevereiro de 2022.

11. Empréstimos e debêntures

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
	31/12/2021	31/12/2020				
2ª Emissão de Debêntures (a)	56.219	53.121	8.091	15/07/2042	Semestral	IPCA + 5,02%
Financiamento BNB (b)	121.365	121.914	14.410	15/12/2038	Mensal	IPCA + 1,46%
	177.584	175.035				

A movimentação dos empréstimos e debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Pagamento de Principal	Encargos, atualização monetária e Custos	Pagamento de Juros	31/12/2021
2ª Emissão de Debêntures (a)	53.121	(3.872)	8.105	(1.135)	56.219
Financiamento BNB (b)	121.914	(1.335)	14.541	(13.755)	121.365
Total ao valor justo	175.035	(5.207)	22.646	(14.890)	177.584
Circulante	12.589				11.985
Não circulante	162.446				165.599

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e debêntures--Continuação

- (a) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.
- (b) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

2023	6.929
2024	7.455
2025	8.046
2026	9.044
2026 a 2042	134.124
	<hr/>
	165.599
	<hr/>

12. Tributos e encargos sociais a recolher

Os valores correspondentes a tributos e encargos a recolher referem-se aos tributos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	180	-
CSLL	102	-
PIS	15	145
COFINS	71	656
ICMS	32	43
ISS	39	20
INSS	8	23
Outros impostos	13	23
	<hr/>	<hr/>
	460	910
	<hr/>	<hr/>

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Dividendos propostos

Os valores correspondentes a dividendos a pagar referem-se as contas abaixo:

	(Reapresentado)	
	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos exercício anterior	1.285	3.381
Reversão de reservas de lucros	-	4.077
Pagamento de dividendos	(1.000)	(12.287)
Dividendos mínimos	1.154	6.114
	<u>1.439</u>	<u>1.285</u>

14. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A apresentação do movimento dos tributos diferidos no resultado segue abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo - Diferenças temporárias		
Saldo Inicial	<u>23.277</u>	12.438
Imposto de renda	213	2.869
Contribuição social sobre o lucro líquido	115	7.970
Total - Passivo não circulante	<u>23.605</u>	<u>23.277</u>

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	31/12/2020		31/12/2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	10.660	328	23.711	10.839
Total - Passivo não Circulante				

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL
Receita anual de Ativo de contrato	38.717	38.717
Receita anual RAP	(28.057)	(28.057)
Alíquota fiscal combinada	25%	9%
Lucro Presumido sobre a receita bruta	10.660	10.660
Receita da Prestação de Serviços		
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido sobre a prestação de serviços	853	1.279
Receitas financeiras		
Total das Receitas sem presunção	853	1.279
Base de cálculo total		
Alíquota efetiva	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	213	115
Total	213	115
	Reapresentado	
	31/12/2020	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.711	23.711
Alíquota fiscal combinada	25%	9%
Lucro real sobre a receita bruta (a)	23.711	23.711
Base de cálculo total	23.711	23.711
Alíquota efetiva	34%	12%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	5.928	2.134
Diferenças permanentes	2.042	735
Total	7.970	2.869

- (a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das Informações contábeis" da respectiva demonstração financeira.

Para o ano de 2020, a Companhia era tributada pelo lucro real, o qual os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas e mensais e no prazo de 05 (cinco) anos, a partir do início das operações. Já no exercício de 2021, quando a Companhia

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

optou pela tributação no Lucro Presumido, o diferimento do Imposto de Renda e da Contribuições social tem como efeito no resultado, a diferença da Receita anual dos ativos de contrato, pela a Receita Anual Permitida (RAP), aplicando-se as bases de presunção, e as alíquotas pertinentes a cada tributo.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes - CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

15. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

15.1 Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Cíveis	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	-	-	-
Constituições de Provisões	335	335	-
Pagamentos realizados	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-
Saldos finais - 2021 e 2020	335	335	-
Cauções e depósitos vinculados (*)			

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contingências--Continuação

15.1 Perdas Prováveis—Continuação

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 a Arcoverde possui 4 processos de contingência passiva na área cível, distribuídos em 2018. São ações de constituição de servidão e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$335, baseado no parecer emitido pelos advogados. A Companhia não tem nenhuma causa provável em aberto.

16. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2021 e 2020 é representado somente por ações ordinárias:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	65.070.000	65.070	100%	65.070.000	65.070	100%
	65.070.000	65.070	100%	65.070.000	65.070	100%

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.426	14.916
Reserva legal 5%	120	645
Reserva legal anos anteriores	3.107	2.462
Reserva legal do ano	120	645
	3.227	3.107

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.426	14.916
Reserva legal 5%	(121)	(645)
Dividendos	(1.152)	287
Reserva de lucro	1.152	14.558
Reserva de retenção anos anteriores	35.496	31.416
Distribuição de dividendos	-	(4.077)
Reserva de retenção do exercício	1.153	8.157
Total	36.649	35.496

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 50%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.426	14.916
(-) Reserva legal (5%)	(121)	(645)
Base para dividendos	2.305	14.271
Alíquota	50%	50%
Dividendos (a)	1.152	6.114

(a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença (R\$2.044) no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucros.

17. Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.426	14.916
Lucro líquido por ação - em Reais (R\$)	0,0373	0,2292

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020
Receita operacional bruta		
Receita de Remuneração e Margem - Com <i>gross up</i> (*) (a)	4.360	14.403
Remuneração do ativo - Com <i>gross up</i> (*) (a)	33.285	35.103
Repasse CDE	967	-
	38.612	49.506
PIS	(462)	(452)
COFINS	(2.131)	(2.083)
Efeito <i>gross-up</i> dos tributos de ativo de contrato (*) (a)	(1.374)	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(280)	(262)
Despesa - TFSEE	(137)	(96)
	(4.384)	(2.893)
Receita operacional líquida	34.228	46.613

(*) *Gross up* é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos.

(a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das Informações contábeis" da respectiva demonstração financeira.

19. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custo de construção e operação 31/12/2021	Despesas gerais e administrativas 31/12/2021	Custo de construção e operação 31/12/2020	Despesas gerais e administrativas 31/12/2020
Material	-	(15)	-	(349)
Serviços de terceiro	(3.739)	(1.029)	(2.609)	(1.263)
Depreciação e amortização	334	(4)	391	-
Custo de construção	-		(537)	-
Outros	(94)	(766)	(1.475)	(820)
	(3.499)	(1.814)	(4.230)	(2.432)

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Juros e variações monetárias (i)	(22.501)	(11.708)
IOF, comissões e Taxa	(2.490)	(2.878)
Multas e acréscimos moratórios (ii)	(509)	(4)
Outras despesas financeiras	(35)	(32)
Despesas financeiras	<u>(25.535)</u>	<u>(14.622)</u>
Receita de aplicação financeira	370	289
Outras receitas financeiras	-	137
Receitas financeiras	<u>370</u>	<u>426</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(25.165)</u>	<u>(14.196)</u>

(i) Refere-se a: juros de empréstimos R\$ 14.410 (R\$ 6.824 em dezembro de 2020) e juros de debêntures R\$ 8.091 (R\$ 4.884 em dezembro de 2020).

(ii) Refere-se a: multa sobre pagamento de COFINS de junho/2019 até março/2020 R\$ de 418 e multa sobre pagamento de PIS de junho/2019 até março/2020 - R\$ 91).

21. Seguros

As despesas antecipadas correspondem as seguintes informações.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	96	06 de maio de 2021 até 06 de maio de 2022
Seguro Axa (b)	Responsabilidade Civil	11	06 de maio de 2021 até 06 de maio 2022

(a) A Companhia possui apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70.000.

(b) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R.\$20.000.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2021	31/12/2020
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	5.535	3.133
Aplicações financeiras	2	3.662	11.722
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	5.132	12.654
Concessionárias e permissionárias	2	2.531	2.357
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	2	177.584	175.035
Fornecedores	2	399	554

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

23.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,8943% em 31 de dezembro de 2021.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9